



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ARNAN DO CARMO ARAÚJO

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL E A BUSCA DE UMA
JUSTIÇA MAIS CÉLERE**

Brasília
2010

ARNAN DO CARMO ARAÚJO

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL E A BUSCA DE UMA
JUSTIÇA MAIS CÉLERE**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Orlando Pinto

Brasília
2010

ARNAN DO CARMO ARAÚJO

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL E A BUSCA DE UMA
JUSTIÇA MAIS CÉLERE**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Orlando Pinto

Brasília, 14 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Msc. Henrique Vitali Mendes

Dedico este trabalho aos meus queridos pais José Augusto de Araújo (in memoriam) e a Nazir do Carmo Araújo (in memoriam) que tanto fizeram por mim; às minhas amadas irmãs que sempre me deram carinho e apoio ao longo da minha vida; aos amigos que de uma forma ou de outra colaboraram para o êxito deste estudo.

São muitos aqueles a quem devo agradecimento. Em primeiro lugar agradeço a Deus por me conceder o privilégio de realizar este trabalho, porque sem Ele nada seria possível. Não posso deixar de lembrar, neste momento, do apoio imensurável da minha família, dos colegas do curso que sempre me estimularam ao longo desta jornada; ao corpo docente do UniCEUB pela atenção dispensada, durante todo período, como também a Coordenação do curso, que conduziu com eficiência para que os trabalhos fossem concluídos com sucesso.

Quero aqui, isoladamente, fazer um sincero agradecimento à colega Alba Lúcia Leite Melo e Silva a quem devo muito pela realização deste trabalho. Sempre que precisei da sua colaboração não mediu esforços para se colocar a minha disposição todo seu conhecimento, experiência, espírito de colaboração e altruísmo.

Justiça tardia não é justiça, é injustiça manifesta.
(Ruy Barbosa)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever de que forma se deu a evolução do direito processual no Brasil e sua constante busca da celeridade processual, sem perder de vista a prestação jurisdicional eficaz. Visa, também, de uma forma breve, demonstrar a evolução científica do Direito Processual como somatório do estudo, procurando mostrar a necessidade e importância de tal conhecimento para melhor assimilar a atual situação jurídica do nosso país, com especial destaque ao Direito Processual Civil, que tem evoluído no sentido de dar respostas à sociedade, criando ferramentas processuais com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação do processo. São exemplos: a lei dos recursos repetitivos, da repercussão geral, a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, além daquelas que tratam dos procedimentos internos como a digitalização dos processos, petições eletrônicas, enfim, ações que estão sendo bem recebidas pelos operadores do direito e, claro, pela sociedade. São apresentados dados estatísticos que bem comprovam a redução do número de processos que ora são recebidos no Superior Tribunal de Justiça para julgamento, como também são transcritos acórdãos que exemplificam este assunto. Merece destaque o projeto do novo Código de Processo Civil que tem como propósito reduzir o tempo de tramitação de um processo no Tribunal. O novo diploma traz consigo o embrião da celeridade para o sistema judiciário brasileiro. Enfim, é chegada a hora de o Judiciário brasileiro dar uma resposta definitiva à sociedade que tanto sofre com a morosidade na prestação jurisdicional.

Palavras-chave: Evolução. Direito Processual Civil Brasileiro. Celeridade.

ABSTRACT

The aim of this study is to describe how the the Procedural Civil Law has developed in Brazil in pursuit of the more expeditious administration of justice. Also, this study intends to demonstrate the necessity and the importance of recent developments in Procedural Law in Brazil in order to give the answers promptly to the society, by creating the instruments to reduce the time of the course of the process in the court of justice. The Law 11.672/2008, the summula of Supreme Court of Judicature (Supremo Tribunal Federal - STF), the electronic submission of petitions and the introduction of electronic processing are some actions that have been well received by lawyers and the public. Quantitative data is presented to demonstrate the reduction in the number of processes that are received by STJ (Superior Tribunal de Justiça). Also, some sentences are copied to illustrate this subject. The bill, about the new Code of Civil Procedure, that is in Congress, has the purpose to reduce the time that processes remain waiting for judgement in a Court of Law. Finally, it is necessary that the brazilian judiciary respond to the the society that suffers from delays in judgement.

Key words: Evolution. Brazilian Procedural Civil Law. Celerity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRICO	12
1.1 Origem.....	12
1.2 O Processo na Grécia.....	13
1.3 O Processo Civil Romano	13
1.4 Processo Comum	14
2 DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	16
2.1 Ordenações	16
2.2 Regulamento 737.....	17
2.3 Código de Processo Civil de 1939.....	18
2.4 Código de Processo Civil de 1973.....	18
2.5 Evolução Legislativa	19
2.6 Evolução Científica	20
3 RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS.....	22
3.1 Aplicação da nova Lei no Superior Tribunal de Justiça.....	23
3.2 Da possibilidade da solicitação de informações das Cortes de origem	23
3.3 Da participação obrigatória do Ministério Público.....	24
3.4 Dados Estatísticos.....	25
3.5 Jurisprudência.....	26
3.6 Precedentes Emblemáticos	29
4 REPERCUSSÃO GERAL	37
5 O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	39
5.1 Aspectos Motivadores Para Criação do Novo Código	40
5.2 Da Nova Sistemática dos Recursos	42
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do homem, desde que se organizou em sociedade, percebeu-se que era necessária uma normatização do comportamento humano. Partindo desse princípio que surgiu o direito como um conjunto de regras que garantisse a convivência social. Contudo, apenas um conjunto de normas não bastava, mas, também, e fundamentalmente, sua correta aplicabilidade.

Para fazer valer estas normas, o Estado lança mão do Direito Processual, por meio do processo, instrumento de atuação do direito material, capaz de dar solução a um conflito de interesse estabelecido entre as partes.

Com este breve preâmbulo, damos um salto no tempo para chegarmos ao Direito Processual Civil dos dias de hoje, onde a grande preocupação se volta para a celeridade processual, que obrigou os grandes processualistas a criarem mecanismos legais a fim de traduzir, na prática, o que talvez seja o maior anseio da sociedade moderna, qual seja, uma justiça mais rápida.

Com essa linha de pensamento foi instituída a Emenda Constitucional 45/2004. Então, a inclusão do inciso LXXVIII, no rol do art. 5º da Constituição Federal, elevou a preocupação com a celeridade processual à categoria de direito fundamental. Neste sentido, todas as recentes reformas processuais, que objetivaram a inclusão de novos mecanismos, ou alteração daqueles já existentes, ganharam contornos mais expressivos.

O trabalho, ora apresentado, consiste, também, na investigação dos impactos da Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008¹, que prevê o julgamento dos recursos especiais que possuem idêntica questão de direito (recursos especiais repetitivos), na sistemática recursal brasileira e a efetividade da prestação jurisdicional no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A motivação do estudo deste tema apoia-se em sólidos argumentos. Inicialmente, pela sua atualidade, porquanto, nos dias de hoje, emergem os clamores sociais pela celeridade da prestação jurisdicional, em especial dos recursos que tramitam junto aos Tribunais Superiores. A Lei dos Recursos Especiais Repetitivos almeja consolidar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre algumas matérias específicas e, ato contínuo, aplicá-lo

¹ BRASIL. Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008. Acresce o art. 543-c à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do superior tribunal de justiça. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 maio 2008. Seção 1, p. 11.

unificadamente em milhares de recursos especiais em trâmite neste Tribunal, tornando-o, por conseguinte, menos congestionado e, provavelmente, mais célere em seus julgamentos.

A vigência da Lei nº 11.672, de 2008, é bastante recente e, por esta razão, são escassos os estudos realizados sobre este tema. O fato é que os resultados mostram que os objetivos almejados estão sendo alcançados, pois o Superior Tribunal de Justiça está recebendo uma quantidade menor de processos que tratam das matérias de real importância compatível com a finalidade de um tribunal superior, criado com a finalidade precípua de uniformizar o entendimento em matéria infraconstitucional.

O trabalho pode contribuir para as discussões acadêmicas e jurisprudenciais acerca do tema, que refletem anseios sociais, especialmente da comunidade jurídica, para a existência de mecanismos que tornem célere a prestação jurisdicional. A exposição das conclusões alcançadas poderá fornecer àqueles insatisfeitos com a morosidade do Superior Tribunal de Justiça subsídios para congratular o procedimento da Lei nº 11.672, de 2008, ou, noutra parte, àqueles discordantes da sistemática na nova Lei, elementos para criticá-la.

A recente Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008, publicada no Diário da Justiça de 9 de maio de 2008, introduziu alterações no Código de Processo Civil (CPC) de grande importância para desafogar o Poder Judiciário, com a instituição do julgamento uniforme de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Tal modificação configura mais uma etapa na reforma do Processo Civil Brasileiro, voltada basicamente para a celeridade processual, buscando evitar o tortuoso e inócuo procedimento de julgamento de inúmeros processos idênticos no STJ.

A mudança acresce ao CPC o art. 543-C, que estabelece o procedimento para o julgamento em massa de recursos, tornando mais efetiva a prestação jurisdicional. A norma dispõe que, quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, cabe ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-lo ao STJ. Os demais ficarão suspensos até o pronunciamento do Tribunal.

A matéria foi regulamentada em âmbito interno pela Resolução STJ nº 8, de 7 de agosto de 2008, que estabelece que o agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicial a análise de outras questões arguidas no mesmo recurso.

Para que se entenda o intuito do legislador quando da edição da Lei nº 11.672, de 2008, um dos tópicos deste estudo, necessário se faz a análise do contexto no qual ela restou inserida, qual seja, a terceira, e atual, fase de reforma do Código de Processo Civil, e, para tanto, é imperioso que se faça um breve relato sobre a edição do Código, bem como acerca das fases reformistas anteriores a atual.

Antes, porém, será apresentado um breve resumo histórico do surgimento do Direito Processual Civil para o entendimento do direito processual civil nos dias de hoje.

1 HISTÓRICO

O Processo Civil teve origem em tempos remotos, porém, nessa época, era impensável se falar em divisão do direito como conhecemos nos dias de hoje e, evidentemente, os antigos legisladores não sabiam àquela época o que viriam a ser as normas processuais. Nesse particular manifesta Câmara², “nesta fase não se pode falar propriamente em Direito Processual, o que se faz por mera comodidade”.

1.1 Origem

É indiscutível a necessidade de uma normatização do comportamento humano. Partindo desse princípio que surgiu o direito como um conjunto de normas a fim de disciplinar a convivência em sociedade.

Entretanto, percebeu-se que não bastaria apenas uma norma, mas fundamentalmente sua aplicabilidade de maneira eficaz, correta.

Para a realização dessa difícil missão o Estado lança mão do Direito Processual, por meio do processo, instrumento de atuação do direito material, capaz de dar solução a um conflito de interesses estabelecidos entre as partes.

Inicialmente, as primeiras regras sobre o comportamento humano dizem respeito à solução de conflitos civis e sanções penais. Porém, a necessidade iminente de uma autoridade confiável e imparcial em condições de solucionar os litígios e impor sanções tornou-se latente, função esta confiada mais tarde ao Estado.

Com a atividade da administração da justiça em seu poder, o Estado, por sua vez, sente a necessidade do surgimento de normas jurídicas processuais. Daí, surgiram as primeiras instruções sobre o que, futuramente, viria a ser conhecido como direito processual.

² CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2003. v. 1, p. 8.

1.2 O Processo na Grécia

Embora pouco tenha que se falar do processo na Grécia antiga, podem-se destacar os princípios utilizados nos meios de prova dos quais se abstraíam os preconceitos religiosos e as superstições bem comum à época e buscavam meios de convicção lógicos. Informações apuradas na “Retórica” de Aristóteles.

Importantes características que merecem destaque, adotadas pelos gregos, são as provas testemunhais e documentais, o princípio da oralidade, o princípio dispositivo e a livre apreciação da prova pelo julgador.

É de conhecimento histórico que o princípio do contraditório – princípio que impõe ao juiz a prévia audiência de ambas as partes antes de se proferir a decisão – tem origem na Antiguidade grega como mencionado por Nicola Picardi apud Leonardo Greco³.

A audiência bilateral tem origem na antiguidade grega, mencionada por Eurípedes, Aristófanes e Sêneca, chegando ao direito comum como um princípio de direito natural inerente a qualquer processo judicial, consistente no princípio segundo o qual o juiz somente está apto a decidir o pedido do autor depois de notificar o réu e de dar a este a oportunidade de se manifestar.

1.3 O Processo Civil Romano

Foram três as fases em que o direito processual romano se deu em sua evolução:

1º - Período primitivo: É o mais antigo, conforme preleciona Hespanha,⁴ “753 a.C Função de Roma. O direito baseava-se exclusivamente nas – acções- previstas e tipificadas na lei (nomeadamente, na Lei das XII Tábuas, legis actiones)” até o ano de 149 a.C.

³ GRECO, Leonardo. O princípio do contraditório. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 24, p. 71, mar. 2005.

⁴ HESPANA, Antônio Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica européia*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997, p. 77.

Devolvia-se o procedimento oralmente, revela Theodoro Júnior⁵, “compreendendo duas fases: uma, perante o magistrado, que concedia a ação da lei e fixava o objeto do litígio; e outra, perante cidadãos, escolhidos como árbitros, aos quais cabia a coleta das provas e a prolação da sentença. Não havia advogados e as partes postulavam pessoalmente.”

2º - Período formulário: Nesta fase as relações jurídicas se tornaram mais complexas em virtude do avanço do Império Romano por grandes territórios. Esta fase é caracterizada pela presença de árbitros privados, porém a sentença era imposta pelo Estado às partes. O procedimento era ainda semelhante ao da fase anterior, com algumas modificações, quais sejam: havia a intervenção de advogados, e eram observados os princípios do livre convencimento do juiz e do contraditório das partes. Assim define Hespanha⁶ em relação ao princípio do livre convencimento do juiz “atribui ao pretor a possibilidade de redigir uma fórmula, espécie de programa de averiguação dos factos e de sua valorização.”

3º - Período da “cognitio extraordinária”: Esta fase vigorou entre o ano 200 e 565 de nossa era. Apresenta como características principais: a função jurisdicional pelo Estado desaparecendo os árbitros privados, o procedimento assume forma escrita contendo o pedido do autor, a defesa do réu, a instrução, a sentença e sua execução, admitindo também o recurso.

1.4 Processo Comum

Com a queda do Império Romano e a dominação do povo germânico também chamado de “bárbaros”, houve a princípio um retrocesso na evolução do direito romano em virtude dos costumes e do direito rudimentar trazido por eles. Foi dado muito valor aos “juízos de Deus”, pois acreditavam que a divindade participava dos julgamentos.

No processo dos povos germânicos a prova não era um meio de convencer o juiz e sim um meio rígido, de fixação da própria sentença. O juiz apenas reconhecia sua existência. Era basicamente um processo acusatório e o ônus da prova cabia ao acusado.

⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989. v. 1, p. 10.

⁶ HESPANA, 1997, p. 78

Os procedimentos eram, no dizer de Jeremias Bentham citado por Theodoro⁷ Júnior, “autênticos jogos de azar ou cenas de bruxarias, e, em vez de julgamentos lógicos, eram confiados a exorcistas e verdugos”.

A este sistema processual, que perdurou até uma fase bem adiantada da Idade Média, paralelamente a Igreja católica ainda preservava as instituições de direito romano. Surge então, da fusão de normas e institutos do direito romano, do direito canônico, do direito germânico, o direito comum e, com ele, o processo comum. O processo comum era escrito, complexo e lento, a prova e a sentença voltaram a se inspirar no direito romano, o direito canônico trouxe o processo sumário, eliminando algumas formalidades, porém, ainda foram preservadas as torturas como meio de obtenção da verdade no processo. Expandiu-se pela Europa e alguns métodos aperfeiçoados serviram de base para o processo moderno, conhecida como a fase científica que será mencionada nas fases da evolução científica do processo.

⁷ THEODORO JÚNIOR, 1989, p. 10.

2 DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

2.1 Ordenações

Como assinalou Waldemar Ferreira *apud* José da Silva Pacheco, embora pareça paradoxal, a história do nosso direito começa antes da história do Brasil⁸.

Na realidade, o nosso direito está ligado ao direito português que, por sua vez, está vinculado basicamente a todo direito ocidental.

Em Portugal, já em 1211, com Afonso II, as suas primeiras leis gerais foram assumindo lugar das costumeiras até as Ordenações, sem, contudo, anular totalmente aquelas.

O Brasil nasceu sob o império das Ordenações Afonsinas, editadas em 1446, consolidando a legislação da época, desde Afonso II a Afonso V. As Ordenações não foram uma verdadeira codificação do direito e sim uma compilação coordenada e que se dividia em livros, sendo o Livro III, com seus 128 artigos destinados ao processo civil. Em seu terceiro livro, abordava os atos judiciais e a ordem que tais atos deveriam obedecer, situando-se nele a parte propriamente processual.

As Ordenações Afonsinas tiveram como fonte a legislação feudal ou costumeira, o direito romano Justiniano inserido no “corpus juris” o direito canônico e as Decretais de Gregório IX, vigorando em nosso país até 1521, quando ocorre então, a publicação das Ordenações Manuelinas.

De 1521 até 1603 vigoraram as Ordenações Manuelinas que atendiam mais ao interesse da realeza do que ao das outras instituições, fortalecendo o poder absoluto do Rei. Na distribuição das matérias, seguem a do código anterior, alterando somente a ordem dos títulos, artigos e parágrafos.

A partir de 1603, foram promulgadas as Ordenações Filipinas, que seguiram o método e a sistematização das matérias manuelinas, em cinco livros. Algumas modificações em matéria processual foram observadas, como por exemplo, as funções judiciárias se limitaram ao julgamento, com o juiz-presidente, das ações de injúria verbal, pequenos furtos, depois de previamente processadas pelo mesmo juiz com o tabelião do judicial.

⁸ PACHECO, José da Silva. *Evolução do processo civil brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 25.

O Brasil viveu, portanto, sob três ordenações que foram consideradas grandes codificações da época, além das cartas dos donatários, dos governadores e dos ouvidores.

Importante ressaltar que a divisão dos poderes só foi reconhecida, no Brasil, com a Constituição de 1824, deste modo, até então, confundia-se o judicial, administrativo, fiscal e militar, como em toda a Antiguidade.

Já em 1832 foi promulgado o Código de Processo Criminal de primeira instância, com a disposição provisória sobre a administração da justiça civil, em 27 artigos.

2.2 Regulamento 737

Foram publicados os Regulamentos 737 e 738, que entraram em vigor, juntamente com o Código Comercial, ambos de 25 de novembro de 1850. O Regulamento 737 foi de grande importância até a edição do atual Código de Processo Civil. Seu objetivo era determinar a ordem do juízo no processo comercial. Foi notável especialmente em relação à economia e simplicidade do procedimento, porém, em virtude de prolongadas campanhas e críticas em 1871, restabeleciam-se as orientações do antigo Código de Processo Criminal.

O Governo encarregou o Conselheiro Antônio Joaquim Ribas para reunir todas as normas relativas ao processo civil. Em 1876 a Consolidação das Leis do Processo Civil passou, então, a ter força de lei. Dividia-se em duas partes: a primeira, relativa à organização judiciária; e a segunda, à forma do processo.

Com a proclamação da República, uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Republicano com relação ao processo civil, foi que se aplicassem, ao processo, julgamento e execução das causas cíveis em geral, as disposições do Regulamento 737 de 1850. Entretanto, mantiveram em vigor as disposições que regulavam os processos especiais, não compreendidos pelo referido Regulamento.

2.3 Código de Processo Civil de 1939

Com a competência da União para legislar sobre processo, ressaltam Grinover et al.,⁹ “ditada constitucionalmente em 1934, tornou-se necessária a preparação de um novo Código de Processo Civil; tendo o governo organizado comissões de juristas encarregados daquela tarefa”.

Foi então apresentado um trabalho por Pedro Batista Martins, advogado, que revisto pelo então Ministro da Justiça Francisco Campos, por Guilherme Estellita e por Abgar Renault, transformou-se no Código de Processo Civil de 1939. Dentre suas principais características está a adoção do princípio da oralidade, tal como preconizava Chiovenda, com algumas concessões à tradição, especialmente no que diz respeito aos sistemas de recursos e à multiplicação de procedimentos especiais.

2.4 Código de Processo Civil de 1973

O Código de Processo Civil atual, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973¹⁰, foi editado, seguindo fielmente a visão da doutrina tradicional brasileira de sua época, para substituir o CPC de 1939, mantendo, contudo, os mesmos princípios previstos neste. Ainda assim, mesmo durante a *vacatio legis* do referido diploma Processual, que somente entrou em vigor em 01/01/1974, este começou a ser remodelado pela edição de Leis (Lei nº 6.014, de 1973¹¹, e Lei nº 6.071, de 1974¹²), que visavam alterar seu texto legal recém-escrito e já em discrepância com a realidade prático-jurídica da época. Entretanto, foi com a edição da Constituição de 1988 que, efetivamente, as reformas do CPC tiveram verdadeiro início, vez que os alicerces constitucionais eram outros, baseados no Estado Democrático de Direito, nas garantias dos direitos fundamentais e nos princípios constitucionais que, indubitavelmente, romperam com a conjuntura política e jurídica anterior, eis que absolutamente diferentes dos fundamentos do CPC, quando de sua edição de 1973.

⁹ GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Teoria geral do processo*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 107.

¹⁰ BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Seção 1, p. 1.

¹¹ BRASIL. Lei n. 6.014, de 27 de dezembro de 1973. Adapta ao Código de Processo Civil as leis que menciona. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Seção 1, p. 13527.

¹² BRASIL. Lei n. 6.071, de 3 de julho de 1974. Adapta ao Código de Processo Civil as leis que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 jul. 1974. Seção 1, p. 7389.

Dúvidas não havia quanto à distância entre as regras processuais existentes e a realidade da prática forense, bem como dos anseios sociais, urgindo, desta forma, que fossem revistos certas normas e conceitos, sendo feita uma reforma do sistema processual brasileiro, no sentido de tornar mais próximo e efetivo o ideal de uma ordem jurídica justa, base do Estado Democrático de Direito que passou a vigorar no Brasil com a Carta Magna de 1988, extirpando os óbices à celeridade e eficiência da produção de resultados.

2.5 Evolução Legislativa

Nos dias de hoje, há uma preocupação muito grande com relação à sobrecarga de trabalho por causa da enorme quantidade de processos que aguardam julgamento no judiciário. No Brasil, a principal causa talvez seja a possibilidade de recursos que provocam a demora na realização da justiça.

Felizmente, a crise provocada pelo congestionamento nos tribunais superiores vem sendo observada pela sociedade brasileira, por esse motivo, há um grande interesse nas soluções para este problema. De acordo com Sidnei Beneti¹³ pode-se denominar de “Reformas de descongestionamento de Tribunais” o conjunto de medidas atinentes à matéria. Já são alguns anos de trabalho legislativo concreto nesse sentido. São os seguintes os diplomas legais: 1) As Súmulas vinculantes do STF, EC/2005 - Lei nº 11.417, de 2006¹⁴; 2) Requisitos da repercussão geral na admissibilidade de Recursos Extraordinário no STF – Lei 11.418, de 2006¹⁵ e dos Recursos Repetitivos – Lei nº 11.672, de 2008¹⁶.

¹³ BENETI, Sidnei Agostinho. Reformas de descongestionamento de tribunais. In: BONAVIDES, Paulo; MORAES, Germana; ROSAS, Roberto (Org.). *Estudos de direito constitucional em homenagem a Cesar Asfor Rocha: teoria da Constituição, direitos fundamentais e jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p.507-522.

¹⁴ BRASIL. Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o Art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 1.

¹⁵ BRASIL. Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006. Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o par. 3º do Art. 102 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 2.

¹⁶ BRASIL. Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008. Acresce o art. 543-c à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do superior tribunal de justiça. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 maio 2008. Seção 1, p. 11.

Está surgindo, com essas iniciativas, um novo Judiciário. Os dirigentes das Cortes Superiores estão demonstrando um interesse numa mudança, para enfrentar o congestionamento nos tribunais.

O primeiro grande passo que contribuiu significativamente para o início à celeridade processual veio com a Constituição de 1988, que criou o Superior Tribunal de Justiça (em substituição ao antigo Tribunal Federal de Recursos) o qual absorveu todos aqueles processos represados no Supremo Tribunal Federal, que versava sobre questão infraconstitucional. Assim os recursos que tinham como ponto central a controvérsia sobre lei federal, seriam encaminhados automaticamente ao novo tribunal recém-criado. Entendemos que esta alteração colaborou de maneira considerável para agilização da prestação jurisdicional, diminuindo o tempo de espera e solucionando de forma mais rápida os recursos pendentes de julgamento final pelo Poder Judiciário

A finalidade precípua do Superior Tribunal de Justiça é dar interpretação uniforme à legislação federal, aplicável a casos semelhantes em que são discutidas apenas questões de direito. Prevê o art. 105, III, da Constituição Federal:

Art. 105 Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

2.6 Evolução Científica

O Direito Processual, do ponto de vista da sua evolução científica, se divide em três fases, são elas: fase imanentista, fase autonomista ou conceitual (científica) e fase instrumentalista.

No que se refere à fase imanentista não se deve falar propriamente em direito processual, onde sua primeira característica era por considerar o processo mero apêndice do direito material.

Na fase científica, ou seja, a segunda fase, é caracterizada pela predominância dos estudos voltados para a fixação dos conceitos essenciais que compõem a ciência processual. O direito Processual, por sua vez, passa a ser considerado ramo autônomo do direito, passando a integrar o Direito Público.

Nesta fase tiveram destaque grandes nomes como Giuseppe Chiovenda, Francesco Carnellutti, Piero Calamandrei e Enrico Liebman, na Itália, Adolf Wash, James Goldschmidt e Oaskar Von Büllow, na Alemanha, Alfredo Buzaid, Lopes da Costa, Moacyr Amaral Santos, no Brasil, todos defensores de teorias da autonomia científica deste ramo do direito.

É nesta fase, por volta de 1940 quando se transferiu para o Brasil Enrico Tullio Liebman, professor titular de direito processual civil da Itália, que se iniciou um verdadeiro movimento científico no Brasil. Logo após, vieram os trabalhos de alto nível de Alfredo Buzaid e José Frederico Marques, discípulos de Liebman, trabalhos de Moacyr Amaral Santos, Celso Agrícola Barbi dentre outros.

E por último, na terceira fase chamada instrumentista, em que vivemos hoje, o processualista passa a dedicar seus esforços no sentido de tornar mais célere a prestação jurisdicional, sem se afastar dos princípios basilares do direito processual, que são a segurança proporcionada às partes no processo. Destacam-se nesta fase grandes nomes como Mauro Cappelletti, italiano, além dos notáveis juristas brasileiros José Carlos Barbosa Moreira, Cândido Rangel Dinamarco, Ada Pellegrini Grinover, dentre outros.

3 RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS

A entrada em vigor da Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008, introduziu o artigo 543-C no Código de Processo Civil. Tal alteração veio modificar sobremaneira a sistemática processual pertinente ao processamento e julgamento dos recursos especiais.

Diferentemente do instituto da repercussão geral do recurso extraordinário, que possui a característica de filtro de admissibilidade de tal recurso levado à apreciação pela Corte Suprema, o recurso especial repetitivo possui a característica singular de julgamentos em bloco, conjunto de processos que tratam da mesma matéria, ou seja, como o próprio nome traduz, matérias repetitivas.

As duas características principais do instituto do recurso especial repetitivo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça são: o julgamento por lote de processos da mesma matéria e o sobrestamento dos recursos especiais nas instâncias inferiores de julgamentos.

Mas, mesmo o Superior Tribunal de Justiça que é responsável pela uniformização da jurisprudência infraconstitucional, tendo adotado a aplicação de tal instituto passou a sofrer críticas por parte da doutrina.

Segundo dispõe a novel sistemática de julgamento do recurso especial repetitivo, o Presidente do Tribunal de origem admite um ou mais recursos representativos da controvérsia – os demais recursos especiais ficarão suspensos até o pronunciamento definitivo do STJ. Essa é a característica do sobrestamento do feito acima citado.

Os recursos julgados pelos Tribunais de origem suspensos serão novamente submetidos à Corte para adequar o julgamento anterior ao entendimento do STJ. Busca-se com isso um procedimento híbrido: vinculante no STJ e ao mesmo tempo um reexame necessário não impositivo nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.

Trata-se na verdade, de nova espécie jurídico-processual, na medida em que sua aplicação busca combater a morosidade, o STJ pretende impedir a subida de recursos protelatórios. Segundo os primeiros números divulgados pelo tribunal, desde quando a Lei começou a ser aplicada, houve uma redução significativa no número de recursos que sobem ao Tribunal, algo em torno de 34% como veremos mais adiante em gráfico elaborado pela Coordenadoria de Gestão da Informação.

3.1 Aplicação da nova Lei no Superior Tribunal de Justiça

Quando o novo instituto processual entrou em vigor, coube ao Tribunal disciplinar a sua aplicação e o fez criando a Resolução nº 8, de 2008, que de imediato estabelece que aquela matéria, sujeita a julgamento por meio do recurso especial admitido como base no agrupamento dos recursos repetitivos, terá que ser afetada pelo ministro relator a uma das Seções ou até para a própria Corte Especial, neste caso, se a matéria for de competência de mais de uma Seção.

Na hipótese de o Presidente da Corte de origem não adotar a providência de selecionar e fazer o agrupamento dos recursos repetitivos, o relator do recurso no Superior Tribunal de Justiça, verificando a existência de jurisprudência sobre a matéria ou caso já tenha sido afetada pelo colegiado, poderá determinar a suspensão nos tribunais de origem, daqueles recursos que versem sobre a controvérsia destacada.

3.2 Da possibilidade da solicitação de informações das Cortes de origem

Poderá o relator do recurso no Superior Tribunal de Justiça colher informações, no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais no que tange à controvérsia. Nesse particular, é de se perceber a preocupação do tribunal no que diz respeito à segurança jurídica ao decidir sobre a matéria, o que nos parece bastante compreensível, ao levar em consideração aqueles demais recursos que estão sobrestados, aguardando uma decisão que lhes pode ser favorável ou não.

Existe, também, a possibilidade de o relator solicitar a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades, que por algum motivo tenham interesse na controvérsia, também a serem prestadas no mesmo prazo indicado no parágrafo anterior.

3.3 Da participação obrigatória do Ministério Público

Não poderia ser diferente, neste caso, a obrigatoriedade da participação do Ministério Público, em se tratando de questão que envolve interesse de várias demandas que estão no aguardo do pronunciamento do tribunal. A sua participação não está restrita apenas em acompanhar o julgamento, mas, querendo, pode adentrar no exame da questão central, de fundo, discutida no referido procedimento excepcional.

No caso do recurso repetitivo, a função do Ministério Público é mais ampla e genérica que simples fiscal da lei, nos moldes do artigo 82, do Código de Processo Civil. Caso aconteça da não intimação do Órgão Ministerial, implicará em nulidade absoluta do procedimento a partir da referida falha. Quanto ao prazo para o Ministério Público se manifestar é o mesmo dos terceiros interessados, ou seja, quinze dias.

O tribunal, após a participação do Ministério Público, remeterá cópia do relatório a todos os ministros que compõem o Órgão Julgador, momento em que o processo será incluído em pauta da Seção ou Corte Especial de maneira que o seu julgamento terá preferência sobre os demais, salvo os que envolvam réu preso ou no caso do habeas corpus. Deverá, também, a Coordenadoria do Órgão Julgador, extrair cópias das peças essenciais como acórdão recorrido, do recurso especial, contrarrazões, da decisão de admissibilidade, do parecer ministerial e aquelas indicadas pelo relator, providenciando a entrega a todos integrantes do referido Órgão Julgador no prazo razoável de até 5 (cinco) dias antes do julgamento.

Uma vez publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, todos os recursos especiais sobrestados na origem terão um dos caminhos a seguir, conforme decidido no acórdão: na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, o seu seguimento será denegado, ou serão reexaminados pelo tribunal de origem, caso o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

Ao disciplinar o procedimento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Resolução nº 8/2008-STJ, estabeleceu no seu art. 5º que publicado o acórdão do julgamento do recurso especial pela Seção ou pela Corte Especial, os demais recursos especiais fundados em idêntica controvérsia:

- I – se já distribuídos, serão julgados pelo relator, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil;
- II – se ainda não distribuídos, serão julgados pela Presidência, nos termos da Resolução nº 3, de 17 de abril de 2008;
- III – se sobrestados na origem, terão seguimento na forma prevista nos parágrafos sétimo e oitavo do artigo 543-C do Código de Processo Civil.¹⁷

Compete ainda à Coordenadoria do Órgão Julgador, concluir a Resolução em questão, expedir ofício aos tribunais de origem com cópia do acórdão relativo ao recurso especial julgado nos termos da Resolução, ressaltando que tais procedimentos ali previstos, se aplicam, no seu particular, aos agravos de instrumentos imanes da decisão de inadmissão do recurso especial.

Não há dúvida que a nova lei veio num momento em que os Tribunais Superiores se encontravam (e ainda se encontram) com um grande volume de processos e que o novo diploma processual trouxe um novo alento aos tribunais como bem demonstra a redução significativa de processos que deixaram de subir para o Superior Tribunal de Justiça, tendo como controvérsia a mesma questão de direito.

3.4 Dados Estatísticos

Para comprovar o que foi dito até aqui, nota-se que houve uma considerável redução no número de processos que subiam ao Superior Tribunal de Justiça desde a aplicação da lei dos recursos repetitivos, conforme demonstram os gráficos elaborados pela Coordenadoria de Gestão da Informação:

¹⁷ § 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II – serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese prevista no inciso II do 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Tabela 1 - Recursos Especiais Julgados nos Períodos de 1/9/2007 a 31/8/2008, 1/9/2008 a 31/8/2009 e 1/9/2009 a 31/8/2010

Meses	Setembro de 2007 a Agosto de 2008 (A)	Setembro de 2008 a Agosto de 2009 (B)	Setembro de 2009 a Agosto de 2010 (C)	Variação do período (B) em relação a (A) (%)	Variação do período (C) em relação a (A) (%)
Setembro	8.251	10.914	7.717	32,27	-6,47
Outubro	9.123	9.848	9.600	7,95	5,23
Novembro	7.659	7.985	7.621	4,26	-0,50
Dezembro	5.344	4.784	5.405	-10,48	1,14
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	13.214	7.195	9.604	-45,55	-27,32
Março	10.036	8.666	8.946	-13,65	-10,86
Abril	10.213	5.071	6.512	-50,35	-36,24
Maiο	12.339	5.510	7.473	-55,34	-39,44
Junho	12.252	5.769	6.154	-52,91	-49,77
Julho	810	21	32	-97,41	-96,05
Agosto	14.589	8.894	10.123	-39,04	-30,61
Total	103.830	74.657	79.187	-28,10	-23,73

Fonte: Secretaria Judiciária e Sistema Justiça do STJ.

Verifica-se com clareza que o novo instituto processual trouxe grande benefício para redução do fluxo de processos que tramitavam no tribunal e, por consequência, abreviou, em muito, o tempo da prestação jurisdicional dando um grande avanço em busca da tão almejada celeridade processual.

3.5 Jurisprudência

Durante o curto tempo da vigência da Lei nº 11.272, de 2008, o Superior Tribunal de Justiça consolidou alguns entendimentos ao julgar os processos afetados pela representativa da controvérsia, de modo que ao avançar no tempo, as matérias trazidas a

julgamento ficaram cada vez mais restritas e, com isso, o Superior Tribunal de Justiça disporá de mais tempo para se dedicar aos outros temas que não afetados pelo instituto dos recursos repetitivos.

Alguns casos pioneiros que firmaram jurisprudência no tribunal afetaram aqueles processos que se encontravam suspensos à espera do julgamento, ou mesmo os que estavam em trâmite por todo o país. O primeiro julgamento ocorreu na Primeira Seção no Recurso Especial 1.012.903/RJ da relatoria do Exmo. Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, por tratar de uma das matérias mais recorrentes na alta Corte infraconstitucional, que por esta razão, foi selecionada para inaugurar o novo instituto processual do Recurso Especial Repetitivo que viria trazer um alento aos tribunais superiores e, também, aos jurisdicionados cansados da chamada lentidão do judiciário, que ora é transcrito parcialmente:

RECURSO ESPECIAL Nº. 1.012.903/RJ (2007/0295421-9)

RELATOR: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE : ELIANA PINTO ESTEVES E OUTROS
ADVOGADO: GARY DE OLIVEIRA Bom-ALI E OUTROS(S)
PROCURADORES: CLAUDIO DELUCA RAYMUNDO E OUTRO(S)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJ de 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88. (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989; (e) o IPCA – série especial – em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (EREsp 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (Relator):

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, em demanda visando ao reconhecimento da inexistência do imposto de renda incidente sobre os valores recebidos a título de complementação de aposentadoria, bem como à restituição do tributo já pago, decidiu, no que importa ao presente recurso: (a) extinguir o processo sem julgamento de mérito em relação a Eliana Pinto Esteves, por haver coisa julgada, e (b) julgar improcedente o pedido quanto aos demais autores, entendendo legítima a cobrança do imposto na hipótese já que não ocorreu a alegada bitributação, mesmo no período de vigência da Lei 7.713/88, por não haver identidade entre a parcela recolhida como contribuição e a recebida como complementação de aposentadoria.

Opostos embargos de declaração (fls. 228-233), os recorrentes alegam: (a) no que se refere à recorrente Eliana Pinto Esteves (coisa julgada), violação ao art. 301, §§ 1º a 3º, do CPC, pois “o pedido de que trata a ação de mandado de segurança (proc. nº 2002.51.01.002744-6) refere-se exclusivamente à suspensão dos descontos do Imposto de Renda, mensais, das parcelas recebidas a título de complementação de aposentadoria, a partir (...) que se trata de ações com pedidos distintos” (fl. 257); e (b) quanto aos demais, violação ao art. 6º, VII, alíneas a e b da Lei 7.713/88, sob o argumento de que os valores recolhidos sob a égide dessa Lei não configuram acréscimo patrimonial tributável, sendo que, “caso tais parcelas de resgates sejam descontadas novamente, ocorrerá, sem dúvida, bis in idem” (fl. 261). Alegam, quanto ao ponto, divergência jurisprudencial.

Em contrarrazões (fls. 272-280), a Fazenda Nacional, em preliminar, pugna pelo não conhecimento do recurso especial em razão da incidência da súmula 07/STJ e da ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial. No mérito, postula o seu improvimento.

Submetido o recurso à sistemática do art. 543-C do CPC (fl. 287), manifestou-se o Ministério Público Federal por seu conhecimento e parcial provimento (fls. 303/308).

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI (Relator):

1. Não pode ser conhecido o recurso especial de interesse da recorrente Eliana Pinto Esteves, por alegada ofensa ao art. 301, §§ 1º a 3º, do CPC. O acórdão recorrido decidiu a controvérsia com base no entendimento de que “apesar de os pedidos serem distintos, nesta e naquela ação, resultado prático é o mesmo: a restituição, em relação às contribuições vertidas ao plano de previdência complementar no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995, foi autorizada, naquele mandado de segurança, mediante a exclusão, da base de cálculo do imposto de renda da apelante em questão, dos valores indevidamente recolhidos” (fl. 209), de forma que “a apreciação da pretensão neste processo e seu eventual deferimento levariam, até mesmo, a um bis in idem, com o consequente enriquecimento sem causa da apelante, o que não é respaldado pelo ordenamento pátrio” (fl. 209). A peça recursal, todavia, insiste em sustentar que se trata de ações com pedidos distintos, pois, “como se vê, o pedido de que trata a ação de mandado de segurança (proc. nº 2002.51.01.002744-6) refere-se exclusivamente à suspensão dos descontos do Imposto de Renda, mensais, das parcelas recebidas a título de complementação de aposentadoria, a partir do trânsito em julgado da mencionada ação” (fl. 257). Não há fundamentação do recurso, a indicação adequada da questão de direito que importe ofensa aos dispositivos processuais. O que se tem é uma divergência sobre o conteúdo de peças processuais constantes de dois processos, a significar que...

...Pelo exposto, (a) não conheço do recurso especial em relação à autora Eliana Pinto Esteves e (b) dou provimento ao recurso quanto aos demais autores, nos termos da fundamentação.

5. Considerando tratar-se de recurso submetido ao regime do art. 543-C, determina-se a expedição de ofício, com cópia do acórdão, devidamente publicado:
- (a) aos Tribunais Regionais Federais (art. 6º da Resolução STJ 08/08), para cumprimento do 7º do art. 543-C do CPC;
 - (b) à Presidência do STJ, para os fins previstos no art. 5º, II da Resolução STJ 08/08.
- É o voto.¹⁸

Este recurso transcrito é importante não só do ponto de vista da matéria tratada, também por seu pioneirismo sobre o qual gerou grande expectativa do seu processamento, pois a partir daí seria aplicada a Resolução nº 08 do Superior Tribunal de Justiça, que disciplinaria todo o processamento deste inovador instituto processual que é a Lei dos Recursos Especiais Repetitivos (Lei nº 11.672, de 2008).¹⁹

Em relação ao que decidiu o Relator em seu voto, ficou demonstrado que houve coisa julgada quanto a um dos recorrentes com extinção do processo sem julgamento do mérito e que não ocorreu a mencionada violação ao art. 301 e §§ 1º e 3º do CPC, portanto, não conheceu do recurso, aos demais, deu provimento ao recurso. Porém, entende não ter havido violação ao art. 6º alínea “a” e “b” da Lei nº 7.713, de 1988²⁰. Em contrarrazões aos Embargos dos recorrentes, preliminarmente, a Fazenda Nacional pugna pelo não conhecimento por ofensa a Súmula 07/STJ e por falta de apresentação de dissídio. No mérito, pelo improvimento. Submetido o recurso à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil pelo Ministério Público, dando pelo seu conhecimento e parcial provimento, no que foi aceito pelo Relator que determinou o seu processamento com base no art. 5ª, II de Resolução 08/STJ.

3.6 Precedentes Emblemáticos

De acordo com uma pesquisa mais apurada sobre os temas considerados relevantes, sujeitos à égide da lei em comento, encontram-se alguns cujas matérias tratadas

¹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.012.903/RJ. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. Brasília, DF, 8 de outubro de 2008. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 13 out. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200702954219&dt_publicacao=13/10/2008>. Acesso em: 15 nov. 2010.

¹⁹ BRASIL. Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008. Acresce o art. 543-c à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do superior tribunal de justiça. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 maio 2008. Seção 1, p. 11.

²⁰ BRASIL. Lei n. 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jun. 1989. Seção 1, p. 9068.

serviram de paradigmas para soluções de milhares de demandas, que há muito eram causa de preocupação aos magistrados em todo país, dentre eles estão o Recursos Especiais números 1.068.944/PB, 1.096.244/SC e o AgRg no Recurso Especial nº 1.100.899. O primeiro traz a discussão sobre um tema bastante importante que é a tarifa sobre assinatura básica de telefonia fixa, ou seja, assunto de interesse nacional. O segundo versa sobre questão não menos importante que é a majoração do benefício do auxílio-acidente, tendo o Superior Tribunal de Justiça decidido, em questão de ordem, pela repercussão geral da matéria, sujeita ao regime do art. 543-B §3º do Código de Processo Civil e por último, outro tema de interesse geral, empréstimo compulsório sobre energia elétrica, ou seja, temas que preenchiam a pauta do tribunal, mas que foram afetados pelos recursos representativos da controvérsia fazendo com que houvesse um esvaziamento no Superior Tribunal de Justiça, no que tange a estas matérias. Segue transcrição parcial daquilo que se entende ser necessário para compreensão dos casos tratados aqui:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.068.944 - PB (20080135118-6)

RELATOR : MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO : CAIO CESAR VIEIRA ROCHA E OUTRO(S)
RECORRIDO : MARIA DAS GRAÇAS BELMIRO
ADVOGADO : JULIANNA ERIKA PESSOA DE ARAÚJO E OUTRO(S)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇOS DE TELEFONIA. DEMANDA ENTRE USUÁRIO E CONCESSIONÁRIA. ANATEL. INTERESSE JURÍDICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. TARIFA DE ASSINATURA MENSAL. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. SÚMULA 356/STJ.

1. Pacificou-se a jurisprudência das Turmas da 1ª Seção do STJ no sentido de que, em demandas sobre a legitimidade da cobrança de tarifas por serviço de telefonia, movidas por usuário contra a concessionária, não se configura hipótese de litisconsórcio passivo necessário da ANATEL, que, na condição de concedente do serviço público, não ostenta interesse jurídico qualificado a justificar sua presença na relação processual.
2. Conforme assentado na Súmula 356/STJ, "é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa".
3. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

VOTO

[...]

6. Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido, invertidos os ônus de sucumbência, fixando-se os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, observada a decisão de fl. 28.

Considerando tratar-se de recurso submetido ao regime do art. 543-C, determina-se a expedição de ofício, com cópia do acórdão, devidamente publicado: (a) aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça (art. 6º da Resolução STJ 08/08), para cumprimento do § 7º do art. 543-C do CPC; (b) à Presidência do STJ, para os fins previstos no art. 5º, II da Resolução STJ 08/08.

É o voto.²¹

A matéria discutida no Recurso Especial nº 1.068.944-PB traz solução para um tema que vinha atormentando boa parte dos brasileiros usuários de telefonia fixa, quanto à legitimidade para cobrança da tarifa básica. Entende o Tribunal que não assiste razão à recorrente em requerer a participação da ANATEL na relação processual como litisconsórcio passivo necessário, por falta de interesse jurídico, bem como ser legítima a cobrança por parte da empresa cessionária, Telemar Norte Leste S/A, por disposição do teor da Súmula 356/STJ: “é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa”. Percebe-se, pela relevância do tema, onde o interesse público se sobrepõe ao interesse particular, que o Tribunal afetou a matéria como repressativa da controvérsia.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.096.244 - SC (20080215419-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
 RECORRENTE : CLÉSIO ANTÔNIO DA SILVA
 ADVOGADO : GILVAN FRANCISCO
 RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 – INSS
 PROCURADOR : ANTÔNIO VALTER HENNEMANN PACHECO E OUTRO(S)

EMENTA

QUESTÃO DE ORDEM SUSCITADA EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. MAJORAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL. INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE DA ADOTADA POR ESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA. AUTOS DEVOLVIDOS PARA OS EFEITOS DO ART. 543- B, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DO ENTENDIMENTO DA SEÇÃO ACERCA DO TEMA.

1. Esta Seção assentou o entendimento de que a majoração do auxílio-acidente, estabelecida pela Lei n.º 9.032/95 (lei nova mais benéfica), que alterou o § 1º, do art. 86, da Lei n.º 8.213/91, deve ser aplicada imediatamente, atingindo todos os segurados que estiverem na mesma situação, seja referente aos casos pendentes de concessão ou aos benefícios já concedidos.

2. O Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, ao apreciar questão de ordem no Recurso Extraordinário nº 597.389/SP, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, decidiu que a revisão da pensão por morte e demais benefícios previdenciários, constituídos antes da entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, não poderá ser realizada com base em novo coeficiente de cálculo estabelecido no referido diploma legal, divergindo, pois, da orientação deste Sodalício.

²¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.068.944/PB. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. Brasília, DF, 12 de novembro de 2008. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 9 fev. 2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200801351186&dt_publicacao=09/02/2009>. Acesso em: 15 nov. 2010.

3. O tema central objeto do Recurso Extraordinário foi a análise da majoração do benefício de pensão por morte, tendo sido proposta pelo Relator, para efeitos de repercussão geral, a aplicabilidade desse posicionamento aos demais benefícios previdenciários que tiveram modificação no coeficiente de cálculo, por efeito de entrada em vigor da Lei nº 9.032/95.

4. Ocorre, porém, que a análise da majoração do auxílio-acidente tem certas particularidades que demandam uma análise mais específica da questão. Enquanto na pensão por morte o segurado deixa de contribuir para a previdência a partir do seu recebimento, no auxílio-acidente o segurado permanece contribuindo, razão pela qual o princípio da preexistência de custeio não fica violado.

5. A Lei nº 9.032/95 exerceu o papel de majorar o benefício, sendo certo que o fez para aqueles já em vigor na data da sua promulgação, e não para os que porventura venham a ser concedidos. Resta, pois, atendido o princípio da reserva legal.

6. De acordo com a interpretação do § 3º do art. 543-B do CPC, nada impede que esta Corte adote orientação interpretativa que entender mais correta à norma infraconstitucional, uma vez que as decisões proferidas em sede de repercussão geral não têm efeito vinculante.

7. Manutenção do entendimento adotado por esta Corte por ocasião do julgado do mérito do presente Recurso Especial representativo da controvérsia.

A questão tratada no Recurso Especial nº 1.099.244-SC envolve o tema sobre a majoração do benefício do auxílio-acidente que foi interpretado pelo Superior Tribunal de Justiça como de repercussão geral, com base nas peculiaridades entre o auxílio-acidente, onde o segurado beneficiário da pensão permanece contribuindo, diferentemente no caso da pensão por morte, caso em que deixa de contribuir a partir do seu recebimento. Suscitada Questão de Ordem para fins de repercussão geral, pela relevância da matéria, e seu encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal.

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.100.899 - RS (2008/0236765-7)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS

AGRAVANTE :CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
LETROBRÁS

ADVOGADO :DANIELA KRAIDE FISCHER E OUTRO(S)

AGRAVADO : AMC TÊXTIL LTDA

ADVOGADO :JOAO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S)

INTERES. : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR :PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA
NACIONAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO
SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CORREÇÃO
MONETÁRIA PLENA. MATÉRIA SUBMETIDA AO
RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. REVISÃO DE
HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A Primeira Seção, em sessão de julgamento de 12.8.2009, nos recursos paradigmas 1.003.955/RS e 1.028.592/RS, relatoria da Ministra Eliana Calmon, pôs fim ao debate referente ao Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica.

2. Na ocasião, ficou determinado que *"é devida a atualização monetária sobre juros remuneratórios em razão da ilegalidade do pagamento em julho de cada ano, sem incidência de atualização entre a data da constituição do crédito em 31/12 do ano anterior e o efetivo pagamento, observada a prescrição quinquenal"* cujo termo inicial será o mês julho de cada ano.

3. Os valores compulsoriamente emprestados devem ser devolvidos com correção monetária plena, incidindo, inclusive, no período entre a data do recolhimento e o 1º dia do ano subsequente (data da constituição do crédito). Observando os índices constantes do Manual de Cálculos da Justiça Federal.

4. O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, vedado pela Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS
(Relator):

Não assiste razão à agravante.

1. TERMO “A QUO” DA PRESCRIÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE OS JUROS REMUNERATÓRIOS (*EX VI LEGIS*):

Como se extrai da simples leitura da decisão agravada, no que se refere à correção monetária sobre os juros remuneratórios, “*é devida a atualização monetária sobre juros remuneratórios em razão da ilegalidade do pagamento em julho de cada ano, sem incidência de atualização entre a data da constituição do crédito em 31/12 do ano anterior e o efetivo pagamento, observada a prescrição quinquenal.*” (fl.766).

Nos termos determinados no julgamento dos Recursos Especiais 1.003.955/RS e 1.028.592/RS, de relatoria da Min. Eliana Calmon (assentada de 12.8.2009), submetidos ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), restou determinado que o termo inicial da prescrição para requerer a correção monetária sobre os juros pagos anualmente é o mês julho de cada ano.

A ementa do julgado guarda o seguinte teor:

"TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA – DECRETO-LEI 1.512/76 E LEGISLAÇÃO CORRELATA –RECURSO ESPECIAL: JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: INEXISTÊNCIA – PRESCRIÇÃO: PRAZO E TERMO A QUO – CORREÇÃO MONETÁRIA – CONVERSÃO DOS CRÉDITOS EM AÇÕES: VALOR PATRIMONIAL X VALOR DE MERCADO – JUROS REMUNERATÓRIOS – JUROS MORATÓRIOS – TAXA SELIC.

I. AMICUS CURIAE: As pessoas jurídicas contribuintes do empréstimo compulsório, por não contarem com a necessária representatividade e por possuírem interesse subjetivo no resultado do julgamento, não podem ser admitidas como amicus curiae.

II. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: Não se conhece de recurso especial: a) quando deficiente a fundamentação, seja por ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado, seja porque o dispositivo indicado não ampara a tese defendida (Súmula 284/STF); b) quando não atendido o requisito do pré-questionamento (Súmula 282/STF); c) quando não configurado o dissídio jurisprudencial, seja por ausência de similitude fática entre acórdãos confrontados, seja porque o acórdão paradigma não enfrentou o mérito da questão suscitada.

III. JUÍZO DE MÉRITO DO RECURSO 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: Inexiste incompatibilidade ou contradição quando os fundamentos adotados pelo julgado são absolutamente autônomos, ficando nítida a pretensão da parte embargante de rediscutir tais fundamentos.

2. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DA ELETROBRÁS:

CONVERSÃO DOS CRÉDITOS PELO VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO: 2.1 Cabível a conversão dos créditos em ações pelo valor patrimonial e não pelo valor de mercado, por expressa disposição legal (art. 4º da lei 7.181/83) e por configurar-se critério mais objetivo, o qual depende de diversos fatores nem sempre diretamente ligados ao desempenho da empresa. Legalidade do procedimento adotado pela Eletrobrás reconhecida pela CVM.

2.2 Sistemática de conversão do crédito em ações, como previsto no DL 1.512/76, independentemente da anuência dos credores.

3. CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PRINCIPAL:

3.1 Os valores compulsoriamente recolhidos devem ser devolvidos com correção monetária plena (integral), não havendo motivo para a supressão da atualização no período decorrido entre a data do recolhimento e o 1º dia do ano subsequente, que deve obedecer à regra do art. 7º, § 1º, da Lei 4.357/64 e, a partir daí, o critério anual previsto no art. 3º da mesma lei.

3.2 Devem ser computados, ainda, os expurgos inflacionários, conforme pacificado na jurisprudência do STJ, o que não importa em ofensa ao art. 3º da Lei 4.357/64.

3.3 Entretanto, descabida a incidência de correção monetária em relação ao período compreendido entre 31/12 do ano anterior à conversão e a data da assembléia de homologação.

4. **CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE JUROS REMUNERATÓRIOS:** Devida, em tese, a atualização monetária sobre juros remuneratórios em razão da ilegalidade do pagamento em julho de cada ano, sem incidência de atualização entre a data da constituição do crédito em 31/12 do ano anterior e o efetivo pagamento, observada a prescrição quinquenal. Entendimento não aplicado no caso concreto por ausência de pedido da parte autora. Acórdão reformado no ponto em que determinou a incidência dos juros de 6% ao ano a partir do recolhimento do tributo, desvirtuando a sistemática legal (art. 2º, caput e § 2º, do Decreto-lei 1.512/76 e do art. 3º da Lei 7.181/83).

5. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE A DIFERENÇA DA

CORREÇÃO MONETÁRIA: São devidos juros remuneratórios de 6% ao ano (art. 2º do Decreto-lei 1.512/76) sobre a diferença de correção monetária (incluindo-se os expurgos inflacionários) incidente sobre o principal (apurada da data do recolhimento até 31/12 do mesmo ano).

Cabível o pagamento dessas diferenças à parte autora em dinheiro ou na forma de participação acionária (ações preferenciais nominativas), a critério da ELETROBRÁS, tal qual ocorreu em relação ao principal, nos termos do Decreto-lei 1.512/76.

6. **PRESCRIÇÃO:** 6.1 É de cinco anos o prazo prescricional para cobrança de diferenças de correção monetária e juros remuneratórios sobre os valores recolhidos a título de empréstimo compulsório à ELETROBRÁS.

6.2 **TERMO A QUO DA PRESCRIÇÃO:** o termo inicial da prescrição surge com o nascimento da pretensão (actio nata), assim considerada a possibilidade do seu exercício em juízo.

Conta-se, pois, o prazo prescricional a partir da ocorrência da lesão, sendo irrelevante seu conhecimento pelo titular do direito. Assim: a) quanto à pretensão da incidência de correção monetária sobre os juros remuneratórios de que trata o art. 2º do Decreto-lei 1.512/76 (item 4), a lesão ao direito do consumidor ocorreu, efetivamente, em julho de cada ano vencido, no momento em que a ELETROBRÁS realizou o pagamento da respectiva parcela, mediante compensação dos valores nas contas de energia elétrica; e b) quanto à pretensão de correção monetária incidente sobre o principal (item 3), e dos juros remuneratórios dela decorrentes (item 5), a lesão ao direito do consumidor somente ocorreu no momento da restituição do empréstimo em valor "a menor".

Considerando que essa restituição se deu em forma de conversão dos créditos em ações da companhia, a prescrição teve início na data em que a Assembléia-Geral Extraordinária homologou a conversão a saber: a) 20/04/1988 – com a 72ª AGE – 1ª conversão; b) 26/04/1990 – com a 82ª AGE – 2ª conversão; e c) 30/06/2005 – com a 143ª AGE – 3ª conversão.

7. DÉBITO OBJETO DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA: 7.1 **CORREÇÃO MONETÁRIA:** Os valores objeto da condenação judicial ficam sujeitos a correção monetária, a contar da data em que deveriam ter sido pagos: a) quanto à condenação referente às diferenças de correção monetária paga a menor sobre empréstimo compulsório (item 3 supra), o débito judicial deve ser corrigido a partir da data da correspondente assembléia-geral de homologação da conversão em ações; b) quanto à diferença de juros remuneratórios (item 4 supra), o débito judicial deve ser corrigido a partir do mês de julho do ano em que os juros deveriam ter sido pagos.

7.2 **ÍNDICES:** observado o Manual de Cálculos da Justiça Federal e a jurisprudência do STJ, cabível o cômputo dos seguintes expurgos inflacionários em substituição aos índices oficiais já aplicados: 14,36% (fevereiro/86), 26,06% (junho/87), 42,72% (janeiro/89), 10, 14% (fevereiro/89), 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 9,55% (junho/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 12,76% (setembro/90), 14,20% (outubro/90), 15,58% (novembro/90), 18, 30% (dezembro/90), 19,91% (janeiro/91), 21,87% (fevereiro/91) e 11, 79% (março/91). Manutenção do acórdão à míngua de recurso da parte interessada.

7.3 **JUROS MORATÓRIOS:** Sobre os valores apurados em liquidação de sentença devem incidir, até o efetivo pagamento, correção monetária e juros moratórios a partir da citação: a) de 6% ao ano, até 11/01/2003 (quando entrou em vigor o novo Código Civil) - arts. 1.062 e 1.063 do CC/1916; b) a partir da vigência do CC/2002, deve incidir a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Segundo a jurisprudência desta Corte, o índice a que se refere o dispositivo é a taxa SELIC.

8. **NÃO CUMULAÇÃO DA TAXA SELIC:** Considerando que a taxa SELIC, em sua essência, já compreende juros de mora e atualização monetária, a partir de sua incidência não há cumulação desse índice com juros de mora.

9. **EM RESUMO:** Nas ações em torno do empréstimo compulsório da Eletrobrás de que trata o DL 1.512/76, fica reconhecido o direito às seguintes parcelas, observando-se que o prazo situa-se em torno de três questões, basicamente: a) diferença de correção monetária sobre o principal e os juros remuneratórios dela decorrentes (itens 3 e 5); b) correção monetária sobre os juros remuneratórios (item 4); c) sobre o valor assim apurado, incidem os encargos próprios dos débitos judiciais (correção monetária desde a data do vencimento - item 7.1 e 7.2 e juros de mora desde a data da citação - item 7.3).

9. **CONCLUSÃO** Recursos especiais conhecidos em parte, mas não providos." (REsp 1.028.592/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 12.8.2009, DJ de 27.11.2009.)

No caso dos autos, o Tribunal de origem manifestou-se no mesmo sentido (fl. 542); logo, não merece reforma o acórdão recorrido, assim como a decisão agravada, por estar em conformidade com a atual e pacífica jurisprudência desta Corte. 2. **DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Nos termos do disposto no acórdão embargado, em conformidade com que ficou consolidado no julgamento dos recursos representativos de controvérsia, REsp 1.003.955/RS e REsp 1.028.592/RS, ambos de relatoria da Ministra Eliana Calmon, os valores devem ser devolvidos com correção monetária PLENA (integral), incidindo, inclusive, no período entre a data do recolhimento e o 1º dia do ano subsequente (data da constituição do crédito).

Em suma, da data do recolhimento até o primeiro dia do ano seguinte, a correção monetária, observará o "Manual de Cálculos da Justiça Federal e a jurisprudência do STJ, cabível o cômputo dos seguintes expurgos inflacionários em substituição aos índices oficiais já aplicados: 14,36% (fevereiro/86), 26,06% (junho/87), 42,72% (janeiro/89), 10,14% (fevereiro/89), 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 9,55% (junho/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 12,76% (setembro/90), 14,20% (outubro/90), 15,58% (novembro/90), 18,30% (dezembro/90), 19,91% (janeiro/91), 21,87% (fevereiro/91) e 11,79% (março/91)."

Ressalta-se que esse entendimento não afasta a aplicação dos arts. 2º do Decreto-Lei n. 1.512/76 e 3º da Lei n. 4.357/76, mas apenas conduz à sua interpretação, em conformidade com os demais diplomas que regem o

empréstimo compulsório e com a Constituição Federal, o que não demanda a realização do procedimento previsto no art. 97 da Constituição Federal, nem viola o teor da Súmula vinculante 10/STF.

No mais, não cabe a esta Corte apreciar eventual violação do art. 97 do Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do STF. A propósito:

"TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 97 DA CF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA UNIÃO. PRINCIPAL MAIS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar matéria de cunho constitucional, violação do art. 97 da CF, cuja competência é exclusiva da Suprema Corte, nos termos do artigo 102 da Constituição Federal.

2. O posicionamento do STJ é no sentido de que a responsabilidade solidária da União para responder pelos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório sobre energia elétrica não se restringe ao valor nominal dos débitos, estende-se, também, aos juros e à correção monetária, mesma orientação adotada pelo acórdão recorrido.

3. "Agravos regimentais não providos." (AgRg no Ag 1.105.349/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 6.4.2010, DJ de 16.4.2010.)

3. DA IMPOSSIBILIDADE DE REVER OS HONORÁRIOS - SÚMULA 7/STJ

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram

do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, vedado pela Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. DECRETO-LEI 1.512/76. PRESCRIÇÃO. TAXA SELIC. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.028.592/RS. COMPENSAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. SÚMULA 7/STJ. (...)

6. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, vedado pela Súmula 7/STJ.

7. "Agravos regimentais da Eletrobrás não conhecidos e da contribuinte parcialmente providos, para se reconhecer a aplicação da taxa Selic a partir da vigência do novo Código Civil." (AgRg no REsp 990.129/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 3.12.2009, DJ de 14.12.2009) Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É como penso. É como voto.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS (grifo do autor)²²

Outro tema que mereceu atenção foi objeto do Recurso Especial 1.100.899-RS, que trata de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, tendo a prescrição como ponto central da discussão, como bem pode observar na ementa transcrita. Cita o Relator vários julgados embasando sua decisão em sede de agravo regimental, recurso que foi negado provimento.

²² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.100.899/RS. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, DF, 16 de setembro de 2010. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 30 set. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200802367657&dt_publicação=30/09/2010>. Acesso em: 15 nov. 2010.

4 REPERCUSSÃO GERAL

A Lei nº 11.418, de 2006²³, assim como a lei do recurso repetitivo, traz no seu espírito a preocupação com a prestação jurisdicional mais ágil, porém veio disciplinar matéria constitucional em grau de recurso extraordinário, na qual o Supremo Tribunal Federal escolhe o que vai julgar, tendo como parâmetro a relevância da causa do ponto de vista social, econômico ou jurídico, e como principal requisito de admissibilidade a demonstração da repercussão geral, afastando do julgamento da Suprema Corte aquelas matérias corriqueiras, que sobrecarregam ainda mais a alta Corte Constitucional do país.

São transcritos alguns trechos importantes de um artigo²⁴ que traduz de forma clara o intuito dos novos diplomas legais como a Súmula vinculante e a lei da repercussão geral:

Visando a mudança de cenário em que se encontram os Tribunais e atender os reclamos da população, o Poder Constituinte Derivado, através da Emenda Constitucional, estabeleceu uma norma que impõe que os processos tenham uma duração razoável. A Emenda Constitucional nº 45 acresceu uma inciso ao art. 5º da Constituição Federal o qual estabelece que:

Art. 5º, LXXVIII CF- A todos, no âmbito judicial e administrativo, são garantidos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Essa alteração na Carta Magna Brasileira introduziu no ordenamento jurídico brasileiro uma norma de eficácia plena e limitada, que exigiu que mecanismos fossem criados pelo Poder Executivo para garantir a razoabilidade e celeridade processual, proporcionando, assim, a sua efetividade.

Dentre esses instrumentos encontram-se a Súmula vinculante e a Repercussão Geral, requisito que deverá ser analisado para a admissão do recurso extraordinário, impossibilitando que questões que abranjam interesses individuais cheguem ao Supremo Tribunal Federal. O objetivo dos congressistas ao criar esses meios materiais que viabilizam a celeridade processual foi de impedir a impetração de sucessivos recursos, contrariando as expectativas das partes em ver o seu conflito resolvido em tempo hábil.

Ainda para efetivar o princípio da celeridade, acrescentou a repercussão geral como requisito de admissibilidade para os recursos extraordinários.

*Art. 102- Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente a guarda da Constituição, cabendo-lhe,
[...] §3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de*

²³ BRASIL. Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006. Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o par. 3º do Art. 102 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 2.

²⁴ LIMA, Fernanda Santos. Súmula vinculante e repercussão geral: formas de efetivar o princípio da celeridade processual. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29291&seo=1>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

que o Tribunal examine admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (grifo nosso).

Conclui:

[...] Diante do exposto, depreende-se que a introdução desses instrumentos processuais na Constituição Federal veio para implementar uma reforma no Poder Judiciário, notadamente naquilo que a população mais reclama, que é a prestação jurisdicional célere e eficiente, pois diminuirá em sobremaneira a litispendência do feito.²⁵

²⁵ LIMA, 2010.

5 O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Tramita no Congresso Nacional o Anteprojeto de Lei nº 166/2010 que trata da profunda alteração na lei processual brasileira, buscando se alinhar aos mesmos propósitos dos referidos diplomas acima mencionados. Foi criada uma comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal Justiça, formada por doze juristas que buscam dar ao novo diploma processual civil, uma redação que visa aproximar o Judiciário à sociedade brasileira que, é bom destacar, sempre teve uma péssima imagem perante a opinião pública, que o enxerga, muitas das vezes, como uma máquina pesada, burocrática e extremamente lenta. A nova proposta do novo código contém 250 artigos a menos que o atual que tem 970, em vigor desde 1973. O projeto tem o propósito de reduzir o tempo de tramitação de um processo tornando, assim, a Justiça mais ágil, célere, menos formal e mais prática e, principalmente, cidadã. A expectativa é que o projeto seja aprovado sem veto, uma vez que ele vem atender a um anseio já antigo da sociedade, qual seja, tornar mais fácil o acesso dos brasileiros ao Judiciário. A proposta traz em seu bojo, a preocupação em diminuir os incidentes processuais e, por consequência, a possibilidade da proliferação de recursos, que nada tem a ver com o mérito do conflito, e sim ao andamento do processo. Há também a previsão de mecanismos que evitem a utilização do processo para obtenção de fins protelatórios, altamente reprováveis para quem pretende uma justiça mais dinâmica e célere.

O projeto traz algumas inovações que são muito bem-vindas para agilização na tramitação dos processos como por exemplo, a possibilidade de o advogado promover, por correio, a intimação do advogado da outra parte; as testemunhas devem comparecer em juízo espontaneamente e só, excepcionalmente, devem ser intimadas, também pelo correio.

Há uma grande expectativa de que, se aprovado, o novo Código de Processo Civil reduza, e muito, o tempo de tramitação de uma ação no Judiciário. Um dos instrumentos mais inovadores é o “incidente de resolução de demandas repetitivas”, que dará celeridade aos processos. Isso permitirá que os tribunais firmem entendimento sobre os assuntos recorrentes para que a decisão seja adotada pelos juízes das comarcas, desafogando o Judiciário. Somam-se a isso, a jurisprudência, a conciliação e a arbitragem

Considerando tudo que foi dito até aqui, o que merece mais destaque em toda construção e elaboração do projeto é o debate público estabelecido entre os membros da comissão de reforma do CPC com operadores do direito, entidades de classe e a sociedade

civil. Deste debate, por meio de audiências públicas realizadas em todo território nacional, foram colhidas importantes sugestões que na sua maioria foi devidamente incorporada ao texto do novo Código. O novo Diploma traz consigo o embrião da celeridade, que pode dar novo rumo ao sistema Judiciário brasileiro.

De acordo com Ada Pellegrini *apud* Bruno Espiñeira Lemos ao comentar a crise da justiça e do Poder Judiciário:

[...] dissemina-se e serpenteia pelo corpo social, como insatisfação dos consumidores da justiça, assumindo as vestes do descrédito nas instituições, atinge os operadores do direito e os próprios magistrados, como que impotentes perante a complexidade dos problemas que afligem o exercício da função jurisdicional.²⁶

Conclui acrescentando que a justiça no Brasil é “[...] inacessível, cara, complicada, lenta, inadequada e seria ela a denegação de justiça, sendo assim injusta. Não existe justiça.”²⁷

5.1 Aspectos Motivadores Para Criação do Novo Código

São vários os motivos que impeliram a comunidade jurídica a pensar em um novo Código de Processo Civil, sobre alguns trataremos passo a passo neste capítulo. Antes, porém, destaco o que diz a Exposição de Motivos logo em seu primeiro parágrafo para que tenhamos uma noção dos fatores que motivaram a criação do código em questão. Diz o texto:

Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que têm cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado Democrático de Direito.²⁸

É de se perceber que, de fato, há uma necessidade premente da elaboração de um ordenamento jurídico processual atualizado, onde o atual código processual data de 1973, e que ao longo destes 37 anos vem sofrendo sucessivas reformas a ponto de vir comprometer

²⁶ PELLEGRINI, 1990 *apud* LEMOS, Bruno Espiñeira. *Recursos especiais repetitivos*. Curitiba: Letra da Lei, 2009. p. 23.

²⁷ *Ibid.*, loc. cit.

²⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil : anteprojeto*. Brasília : Senado Federal, Presidência, 2010. p. 11. Disponível em: <<http://www.amatral8.org.br/site/ProducaoCientifica.do?acao=carregar&vo.codigo=170>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

substancialmente sua forma sistemática das normas processuais. Não queremos aqui desconsiderar a valiosa contribuição durante duas décadas, mas a partir dos anos noventa iniciaram as grandes reformas introduzidas com o intuito de adequar as normas processuais as mudanças da sociedade e, também, ao funcionamento das instituições.

Observa-se, também, uma preocupação no anteprojeto, em privilegiar a simplicidade na linguagem de modo que o cidadão comum se familiarize com os termos jurídicos; com a modernização dos procedimentos sem que se perca de vista a garantia constitucional do devido processo legal.

Um aspecto importante apreciado no novo código diz respeito à preocupação em reduzir a complexidade do processo, e para isso foram traçados cinco objetivos elencados no texto expositivo, a saber:²⁹

1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e 5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão.

Indiscutível afirmar que basta uma leitura apurada na exposição de motivos do novo código processual para dispensar que se adentre na leitura do texto da lei, objeto do novo código processual, para que se perceba a inquietação dos operadores do direito, no sentido de dar ao ordenamento jurídico processual uma nova feição, de tal sorte a refletir como um espelho os interesses da sociedade.

Por fim, inegavelmente, está sendo feito um esforço concentrado a fim de tornar o processo mais eficiente e efetivo, de fato, caso todas estas medidas sejam implementadas, não há dúvidas de que será dado um grande passo no sentido da eficiência e efetividade, ratificando um preceito constitucional implícito de que o processo deve assegurar o cumprimento da lei material.

²⁹ BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil* : anteprojeto. Brasília : Senado Federal, Presidência, 2010. p. 14. Disponível em: <<http://www.amatra18.org.br/site/ProducaoCientifica.do?acao=carregar&vo.codigo=170>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

5.2 Da Nova Sistemática dos Recursos

Dentre tantas inovações sugeridas na nova lei processual, uma que chama mais atenção é da parte que trata dos recursos, por carregar o estigma de ser um dos grandes vilões motivadores da tão afamada morosidade do Poder Judiciário. Algumas mudanças importantes por certo trarão ao processo imensa contribuição para sua tramitação mais célere. A proposta altera os prazos para todos os recursos de forma a unificar para 15 dias, exceção feita aos embargos de declaração; modifica a competência para o juízo de admissibilidade para o recurso de apelação, que antes era do juiz de 1º grau, passando para o 2º grau de jurisdição. Com essa medida, suprime um novo foco desnecessário de recorribilidade; extingue os embargos à arrematação, desta forma, fica a ação anulatória o único meio de que a parte interessada pode se valer para impugná-la. Enfim, estas são apenas algumas dentre tantas medidas que procuraram simplificar o sistema recursal. Entretanto, sempre existiu a preocupação de não restringir o direito de defesa, do contraditório, ao contrário, objetivou dar maior rendimento a cada processo individualmente considerado.

Outra criação do novo código é o chamado incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, já mencionado em capítulo anterior, tema que merece comentários mais aprofundados. Inspirado no direito alemão, que muito se assemelha aos Recursos Especiais Repetitivos, mas que guarda algumas peculiaridades. Nesta nova modalidade, é cabível quando os processos são identificados, ainda em 1º grau, onde se discute a mesma questão de direito cujo potencial é de gerar multiplicação expressiva de demandas e o correlato perigo de coexistência de decisões conflitantes.

Nota-se que a preocupação da comissão, ao elaborar as alterações do novo código, está direcionada para dar mais objetividade ao processo, na medida em que adota regra processualística moderna, contemporânea que privilegia o conteúdo em detrimento da forma, sempre mantendo o diapasão com o princípio da instrumentalidade.

Em síntese, de um modo geral, as alterações são bastante inovadoras que com certeza serão muito bem recebidas pela comunidade jurídica, pela sociedade que já não suportava mais a inércia daqueles que podiam tomar a iniciativa de modernizar a lei processual brasileira que agora o fez de maneira inteligente e cuidadosa sem que para isso tenha desrespeitado princípios consagrados pela Constituição Brasileira. Ressalta-se que uma reforma onde são suprimidos 250 artigos é de se presumir que foi muito bem estudada e

criteriosa. Com estas considerações, resta a expectativa para que seja aprovado o quanto antes, para que o Judiciário brasileiro alcance a tão sonhada celeridade deixando para trás a fama da morosidade que tanto incomoda a todos, tanto os operadores do direito quanto os jurisdicionados.

CONCLUSÃO

Com a experiência de trabalhar há muitos anos no Superior Tribunal de Justiça, presenciei várias mudanças nos procedimentos adotados no processamento dos recursos, quando ainda se utilizavam carimbos, a máquina de datilografia, a costura dos autos. Tudo isto cedeu lugar ao computador, que modernizou todo o trabalho realizado nos tribunais, onde, hoje, se verifica, inclusive, a tramitação dos autos eletrônicos, a protocolização de petições via *fac-símile*, *e-mail* e eletronicamente. A digitalização dos processos é um passo enorme para a prestação jurisdicional mais célere.

O processo civil brasileiro está sendo alterado para se adaptar aos anseios da sociedade, neste aspecto, a lei dos recursos repetitivos, da repercussão geral, a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, foram de muita importância para facilitar o julgamento das demandas, haja vista o princípio constitucional da duração razoável do processo inserido no texto constitucional pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 no art. 5º inciso LXXVIII do Título II.

Vale, também, destacar como grande benefício trazido pela nova lei e outros diplomas legais que vieram para agilizar a tramitação dos processos nos tribunais, o ganho do espaço físico, acabando com a enorme dificuldade de locomoção e acomodação daqueles processos volumosos que de certa forma também causavam um retardamento na movimentação processual.

Com relação à evolução do Processo Civil, entende-se que todas as inovações como as destacadas no início deste tópico, que visam otimizar, agilizar, tornar o processo mais dinâmico, estão inseridas no contexto histórico da evolução do processo, mesmo porque elas são consequências de uma sociedade em constante desenvolvimento onde são mais frequentes as relações sociais que cobram do judiciário uma resposta mais imediata para suas demandas.

No meio jurídico, existe a plena consciência que ainda há muito que se fazer em busca de um direito processual mais condizente com a realidade atual, mas sabe-se que todas as mudanças ocorridas até os dias de hoje só aconteceram na medida em que a sociedade foi evoluindo que a demanda de ações foi cada vez mais frequente. Portanto, novas alterações ocorrerão visando uma prestação jurisdicional ágil e eficaz e com objetivo de aproximar cada vez mais o Judiciário brasileiro da sociedade.

O Direito Processual brasileiro ganhou muito com as transformações ocorridas ao longo da sua história, facilitando o acesso ao judiciário a todo cidadão, seja ele morador nos grandes centros ou aquele que se encontra no mais distante interior do Brasil, graças às inovadoras leis, como também o moderno e avançado processo de utilização de transmissão eletrônico e digital. Este fato beneficia a estes brasileiros, que, até pouco tempo, eram relegados à sorte em virtude da omissão de um Estado, onde o acesso ao Judiciário estava restrito a uma elite privilegiada, passando uma imagem distorcida de uma justiça apenas dos bem aquinhoados da fortuna.

Por esta razão, o novo Código de Processo Civil que se prenuncia, a súmula vinculante, a Lei 11.272/2008 – dos recursos repetitivos, Lei 11.418/2006 – repercussão geral, são diplomas legais inovadores que vieram dar um alento a todos que atuam e necessitam do Judiciário, que passam a vê-lo mais democrático e justo, assumindo seu principal papel que é manter a ordem social.

REFERÊNCIAS

BENETI, Sidnei Agostinho. Reformas de descongestionamento de tribunais. In: BONAVIDES, Paulo; MORAES, Germana; ROSAS, Roberto (Org.). *Estudos de direito constitucional em homenagem a Cesar Asfor Rocha: teoria da Constituição, direitos fundamentais e jurisdição*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 507-522.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Juristas Responsável pela Elaboração de Anteprojeto de Código de Processo Civil. *Código de Processo Civil : anteprojeto*. Brasília : Senado Federal, Presidência, 2010. p. 11. Disponível em: <http://www.amatral8.org.br/site/ProducaoCientifica.do?acao=carregar&vo.codigo=170>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 6.014, de 27 de dezembro de 1973. Adapta ao Código de Processo Civil as leis que menciona. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 31 dez. 1973. Seção 1, p. 13527.

BRASIL. Lei n. 6.071, de 3 de julho de 1974. Adapta ao Código de Processo Civil as leis que menciona e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 4 jul. 1974. Seção 1, p. 7389.

BRASIL. Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008. Acresce o art. 543-c à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do superior tribunal de justiça. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 maio 2008. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o Art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.418, de 19 de dezembro de 2006. Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o par. 3º do Art. 102 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial, altera a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial n. 1.100.899/RS. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, DF, 16 de setembro de 2010. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 30 set. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200802367657&dtPublicação=30/09/2010>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.012.903/RJ. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. Brasília, DF, 8 de outubro de 2008. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 13 out. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200702954219&dt_publicacao=13/10/2008>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.068.944/PB. Relator: Ministro Teori Albino Zavascki. Brasília, DF, 12 de novembro de 2008. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 9 fev. 2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200801351186&dt_publicacao=09/02/2009>. Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.096.244/SC. Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Brasília, DF, 10 de fevereiro de 2010. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 12 mar. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200802154195&dt_publicacao=12/03/2010>. Acesso em: 15 nov. 2010.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2003. v. 1.

GRECO, Leonardo. O princípio do contraditório. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 24, p. 71-79, mar. 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Teoria geral do processo*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

LEMOS, Bruno Espiñeira. *Recursos especiais repetitivos*. Curitiba: Letra da Lei, 2009.

LIMA, Fernanda Santos. Súmula vinculante e repercussão geral: formas de efetivar o princípio da celeridade processual. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29291&seo=1>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

PACHECO, José da Silva. *Evolução do processo civil brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989. v. 1.